



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A PRODUÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ENSAIO SOBRE O BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO

Autor: Gabriel Siqueira Correa

Mestrando no programa de Pós Graduação em Geografia da UFF

gabrielgeo@hotmail.com.br

Co-autor: Diana da Silva Alves

Graduada em Geografia pela UERJ:FFP

Diana.salves@yahoo.com.br

Thyago Farias De Araujo

Graduado em Geografia pela UERJ/FFP e professor da rede Municipal e Estadual

tfaffp@hotmail.com

A construção da geografia em sala de aula e a questão racial

A geografia, enquanto disciplina escolar se apresenta como uma ciência capaz de construir visões de mundo, com sua amplitude de conteúdos em diferentes temporalidades e escalas. Ela aborda assuntos que vão desde a formação do sistema-mundo, até a importância do lugar e sua estrutura em nossas vidas.

A partir disso é importante a abordagem de duas questões: a primeira tem relação com os sentidos de ensinar e aprender geografia, e a segunda com as representações que este ensino constrói. Abordando a primeira, Santos (2007) aponta como o sentido de *posicionamento* é importante:

[...] propomos aqui a idéia de que o sentido do aprender e ensinar a Geografia é se *posicionar no mundo*. Quando falamos isso, estamos indicando na verdade uma dupla acepção do que chamamos “-se posicionar no mundo”: (i) *conhecer a sua posição no mundo*, e para isto o individuo precisa conhecer o mundo; (ii) *tomar posição neste mundo*, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você esta, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar (SANTOS p. 27, 2007).

Partindo desse pressuposto de conhecer o mundo, para então *tomar* posição nele e (re)agir as situações que são colocadas, devemos questionar como vem sendo realizado esse ensino de geografia em relação a questão étnico-racial. A segunda questão é a dimensão simbólica relacionadas a narrativas e discursos. Estas trazem representações que produzem símbolos influenciando no espaço de *localização* e *posicionamento* dos sujeitos no mundo. Afinal os “(...) discursos e os sistemas de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” (WOODWARD, pág. 17, 2009). Ou seja, eles constroem lugares de enunciação, participação e também subalternização, a partir da imagem que o aluno vai enxergar desse mundo, e de si mesmo, uma vez que está inserido neste.

Retomando a idéia, sobre o ensinar/aprender e fazer geografia, pensamos que se ela transmite representações em que o negro só aparece enquanto escravo e/ou localizado em espaços de pobreza, miséria e fome através das narrativas construídas nas aulas e nos livros didáticos – e ainda nos discursos oficiais acerca dos territórios - que ocultam e subalternizam a participação do negro na sociedade brasileira, em que base simbólica/cultural territorial/histórica esse sujeito vai se localizar para então agir?

Podemos entender, nessa breve discussão, que o ensino de geografia nos dá a oportunidade de trabalhar três importantes questões: (i) a construção da representação e das visões sobre o mundo; (ii) a localização do sujeito neste mundo, composto de símbolos territoriais e sociais; (iii) a maneira com que esse sujeito vai reagir após se localizar.

O presente artigo vai problematizar a maneira como se dá principalmente a primeira questão, a construção da representação dos espaços no mundo, através da geografia, com foco para as relações raciais. A nossa hipótese é que grande parte dos conteúdos de geografia apresentam um discurso universal, constituindo uma imagem do mundo, que surge como verdade absoluta, imersa no que Anibal Quijano (2005), entre outros autores de uma articulação chamada de “*Teoria do giro descolonial*” chamam de Sistema-Mundo Moderno-Colonial. Este comporta uma importante dimensão racial, onde focaremos nossa análise sob o prisma do *branqueamento do território* (Santos, 2007) que entendemos ser parte desse complexo sistema político, econômico, cultural e social.

Metodologia

O presente trabalho se divide em quatro partes. No primeiro há uma introdução a concepção de sistema-mundo moderno colonial e como a dimensão do branqueamento do território participa desse processo. Depois a problematização do uso de livros didáticos no ensino de geografia, e a questão racial contida nesse debate. A partir disso



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

foi feita uma breve análise de um livro de sétimo ano de geografia, aprovado pelo PNLD de 2011. A metodologia dessa análise apontará para a problematização da formação e organização do território brasileiro, procurando entender às representações construídas sobre sujeitos não brancos.

Assim é identificada a presença desse discurso eurocêntrico que invisibiliza, subalterniza e produz não-existência de tais grupos.

Então, no último passo, serão propostos pontos de conteúdos, para se trabalhar a temática quilombola em sala de aula. Com isso busca-se uma alternativa a falta de conteúdos presentes no ensino de geografia que trabalham a questão racial sob o ângulo de um pensamento descolonial.

Uma breve análise da concepção de Sistema-Mundo Moderno-Colonial

Fomos habituados a pensar e sentir o mundo como se fosse natural a existência de uma determinada geografia como países, fronteiras e relações. Entretanto, essa forma de organização do espaço geográfico em Estados, com suas fronteiras territoriais nítidas e reconhecidas, está longe de ser um produto “natural”. Ao contrário, trata-se de uma *invenção histórica* européia que, depois, se generalizou par ao mundo como parte do colonialismo e do imperialismo, enfim, como parte da constituição de um grande sistema estatal, o “sistema-mundo moderno-colonial”. (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, pág. 13, 2006)

O sistema-mundo moderno-colonial deve ser entendido a partir da concepção de modernidade/colonialidade, que passa pela compreensão deste como um projeto que buscou – e ainda busca – a construção de mundo sob uma leitura universalista, a partir de uma matriz eurocêntrica baseada em: a) dualismos – primitivo-civilizado, atrasado–moderno, b) utilização da raça como classificação universal da população em hierarquias, e c) manipulação do tempo, projetando sucessividades e eliminando as simultaneidades.

Esse projeto influencia as narrativas, conceitos, pensamentos, e concepções sobre a formação e organização do espaço mundial. Percebe-se um diálogo direto com a ciência geográfica, á medida que esta faz uma narrativa sobre a formação do mundo contemporâneo, que no ensino, é marcado desde o início pelo ideário da modernidade, com a formação do mundo a partir das grandes navegações e “centralidade” do mundo na Europa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nesse debate o projeto capitalista, aparece como fruto exclusivo do mundo europeu. Este parece ser o único sujeito histórico importante na formação desse sistema, que surge em seu centro para daí emanar para o resto do mundo, e não como resultado da relação baseada na expropriação de outros povos. Este processo se dá a partir da abstração da natureza, dos recursos naturais, e da própria subordinação entre territórios¹.

Essa visão vai acompanhar também a leitura do mundo a partir de uma linha do tempo, que transforma simultaneidades em sucessividades, onde se “(...) organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta presentes e passados – numa grande narrativa universal.” (LANDER, 2005, pag. 26) Essa leitura hierarquiza e define estágios de evolução para cada uma das culturas marcando diferenças evolucionistas entre elas, onde a Europa é o estágio final.

Encontram-se presentes, todas as condições para a construção de uma visão universal de mundo, um discurso oficial que será seguido, em que se cristalizam as relações sociais impostas, centraliza-se o papel da Europa e desvaloriza qualquer outra leitura de mundo.

Esse sistema tem na construção social da raça, um instrumento para a dominação aplicada no processo de hierarquização universal da população. A partir dela “(...) se traçaram as diferenças e distâncias nas respectivas configurações específicas de poder, e com cruciais implicações no processo (...) da formação de Estados-nação modernos.” (QUIJANO, 43, 2007). Assim podemos falar em uma estruturação de poder, que funciona até hoje, sob a forma da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) de tal maneira que, naturalizada não parece existir.

Para chegar até esse processo, ocorreu a produção de não existências (B. SANTOS, 2003), baseados em três pontos principais: a) expropriação das populações colonizadas e de sua cultura, sendo aproveitado o que era mais propício ao sistema que seria implantado, b) repressão de qualquer manifestação de produção de conhecimentos e sentidos desses povos, inclusive no plano simbólico. Com isso temos o que Boaventura de Souza Santos, chama de Epistemicídio, ou seja “(...) a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena.” (B. SANTOS, pág.16,2010); c) A tentativa de inserir uma imagem, cultura e ocupação branca como preponderante a partir do final do século XIX, em alguns países da América Latina,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dentro dos quais o Brasil, caracterizando o que vamos chamar de *branqueamento do território*.

Essa leitura crítica acerca da modernidade/colonialidade cria a necessidade de reconstrução das nossas narrativas, (re)pensando a nossa prática como docente, e sobretudo uma descolonização epistêmica e do olhar. Pensando dessa forma, podemos talvez romper a linha abissal (B. SANTOS, 2010) no qual o pensamento moderno constitui visibilidades e invisibilidades, através de (mais) uma linha imaginária.

A teoria do *giro descolonial* provinda de autores latino-americanos, talvez seja uma alternativa interessante para pensarmos outros caminhos dentro da própria geografia, em busca da visibilidade ao que é produzido enquanto inexistente e ocultado sob o caráter da homogeneidade, das naturalizações, da escala hegemônica, as diversas monoculturas do saber e do querer. É nesse contexto, que achamos importante discutir a *geograficidade* na questão racial e demonstrar como o *branqueamento do território* faz parte desse sistema, como uma das formas de produção de não existência, invisibilizando símbolos, narrativas e, sobretudo os diversos sujeitos não-brancos do território.

A construção do branqueamento do território

Processos como estes, onde “territórios não brancos” são invisibilizados, e reconstruídos sob uma projeção eurocêntrica podem ser estudados no que SANTOS (2009) vem denominando “branqueamento do território”, conceito que indica três dimensões, “(...) (i) branqueamento da ocupação do território; (ii) branqueamento cultural do território; e (iii) branqueamento da imagem do território.” (SANTOS, pág. 60, 2009).

Esta estratégia vai muito além do branqueamento da cor da população, mostrando que ao branquear o território, produzimos uma nova história, desperdiçando experiências sociais, e (re)criando identidades, que *posicionam* o branco-europeu sempre no centro. Lembrando que ao falarmos de território, estamos falando de uma criação que “(...) traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição.” (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, p. 13-14, 2006) O branqueamento do território vai ocultar esses processos e sujeitos, quando estes não forem brancos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O branqueamento da ocupação pensado sobre o Sul geográfico

Abordando um pouco mais sobre cada dimensão, podemos dizer que o branqueamento da ocupação constitui em parte o branqueamento da cor, daqueles que ocupam o território, em contraposição a presença de negros e índios. Esta dimensão traz a ideia de que territórios ocupados por não-brancos, além de incapazes do progresso, são vazios no sentido simbólico, jurídico e econômico, que pode ser entendido pelo mito difusionista do vazio de J.M. Blaut, em referência a apropriação do território do continente americano pelo europeu:

‘Esta proposição do vazio reivindica uma séria de coisas, cada uma delas sobreposta às restantes em camadas sucessivas: (i) uma região não-europeia encontra-se vazia ou praticamente desabitada de gente (razão pela qual a fixação de colonos europeus não implica qualquer deslocação de povos nativos), (ii) A região não possui uma população fixa: os habitantes caracterizam-se pela mobilidade, pelo nomadismo, pela errância (e, por isso, a fixação europeia não viola nenhuma soberania política, uma vez que os nômades não reclamam para si o território). (iii) As culturas desta região não possuem um entendimento do que seja a propriedade privada – quer dizer, a região desconhece quaisquer direitos e pretensões a propriedade (daí os ocupantes coloniais poderem dar terras livremente aos colonos, já que ninguém é dono delas). A camada final, aplicada a todos os do setor externo, corresponde a um vazio de criatividade intelectual e de valores espirituais, por vezes descrito pelos europeus (...) como sendo uma ausência de ‘racionalidade’ (BLUNT, 1993 apud TORRES, pág. 411, 2010)

Essa ideia de vazio do território é reproduzida também em outros momentos. Além do Brasil, países como a Argentina e Uruguai praticaram um processo de homogeneização, através da eliminação massiva, e da intensa propaganda para atração de imigrantes, mantendo a concepção de que uma área não-branca é na verdade um vazio a ser ocupado por quem traz consigo o papel do progresso.

A dinâmica do branqueamento no território

No Brasil o branqueamento da ocupação foi baseada, dentro outras, em três princípios de políticas públicas do Estado:

- (I) A imigração de populações como suíços, alemães, italianos entre outros, justificada pela ideia de substituição da mão de obra escrava, pois segundo o discurso² da elite dominante a população não era suficiente para atender a necessidade de trabalhadores no espaço da cafeicultura;



- (II) Para ocupar os chamados “vazios demográficos”, área onde supostamente não haveria nenhuma população ocupando terras;
- (III) Reformas públicas que retiraram populações negras de áreas centrais de várias cidades na região sudeste, como ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Porém essas políticas tinham na verdade interesse em branquear a sociedade, para através de uma miscigenação criar uma nação brasileira, onde o europeu seria o elemento final (SEYFERTH, 1996). Assim as gerações futuras teriam o gene branco, mais forte, como dominante, segundo o pensamento da época (SKIDMORE, p. 63, 1976). O europeu seria o elemento para o território brasileiro ganhar uma qualidade, pensada como essencial para o progresso: uma imagem de ocupação branca, ou seja, o branqueamento da ocupação, impossível de ser compreendido fora de um contexto moderno-colonial, dotado de uma classificação racial.

Mas essa busca por branqueamento também refletia medo de: uma “haitização” no Brasil; das revoltas que vinham acontecendo pelo território brasileiro, com destaque para a Revolta dos Malês, realizada por africanos mulçumano; além da presença de um alto número de quilombos por todo território.

Outro ponto importante de ser destacado nesse debate é a relação entre os abolicionistas e os imigrantistas, pois, no final, todos eles estavam preocupados com três situações (i) Criação de uma imagem positiva de paraíso racial brasileiro no exterior, a fim de atrair mais imigrantes e assim progredir. (ii) Preocupação com o futuro do país no pós escravidão, e na manutenção da ordem e (de uma) racionalidade. (iii) Intenção de formar uma identidade brasileira. Por isso para os abolicionistas, lutar pela abolição era lutar para garantir a ordem, como ferramenta para “(...) impedir a desordem, isto é a ação desgovernada dos negros” (AZEVEDO, p. 196, 2004)

Nesse momento a violência física era algo comum, acontecendo nas ocupações dos “vazios demográficos”, em várias áreas do Brasil principalmente no sul, com a imigração alemã e em São Paulo com a imigração no final do século XIX. Temos ainda a utilização dos escravos em guerras com a promessa de alforria, com destaque para a guerra farroupilha, onde diversos lanceiros negros que compunham esse exército foram massacrados em um ataque surpresa, que ocorreu a partir da traição³ de um dos generais ao entregar a posição da tropa. (OLIVEIRA & CARVALHO, p. 72, 2008).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A dinâmica do território no branqueamento

Devemos lembrar que para esse branqueamento da ocupação acontecer, o Estado teve um papel de agente desterritorializador de diversos grupos não-brancos. Esta desterritorialização⁴ poderia ocorrer através de violências físicas, políticas e psicológicas que não são abordadas pelas narrativas oficiais (SANTOS pag. 58, 2009).

A reterritorialização e o reordenamento de parte desses grupos foram restringidos muitas vezes à porção física do território, de forma segregada. Já a dimensão simbólica deste território foi “preenchida” (novamente a ideia de vazio) com outra cultura e história, uma nova narrativa, representada pelo discurso oficial, e incorporada pela geografia.

Isso de fato mostra que o processo de desterritorialização, não significa apenas remoção física da população. Ela ocorre também através da inserção precária, onde determinado grupo reterritorializado, é negado a sua expressão simbólico-cultural (HAESBAERT, pag. 251-252, 2007). Esse processo tem sérias conseqüências, pois envolve diretamente a (não) constituição dos sentimentos de pertencimento (SANTOS, pag. 63, 2009), e influencia, como apontamos no início do trabalho o sentido de *localização e posicionamento* dos alunos em sua representação do espaço.

Essa forma de branqueamento da imagem desqualifica também a luta pela terra que hoje enfrentam os quilombolas e os índios, construindo situações onde se questiona a sua legitimidade, gerando um processo de não existência dessas comunidades. Sendo assim percebemos que “O branqueamento da história e da imagem do território são poderosos instrumentos de exclusão, hierarquização e subalternização social.” (SANTOS pag. 63, 2009). Isso demonstra como essa política de branqueamento da imagem do território se configura enquanto uma ferramenta de dominação

Entendemos então que esse processo apaga e produz como não existente diversos grupos e acontecimentos protagonizados por não-brancos. As lutas dos negros no Brasil e suas grafagens espaciais, por exemplo, são em nosso ensino, como apontado na introdução, raramente ensinados. A lei 10.639 que obriga o ensino de história da África e a importância dos negros na formação do território brasileiro é uma forma de mudar isso, inserindo e discutindo temas e assuntos como: a Revolta da Chibata, a Revolta dos Malês, a Frente Negra Brasileira, a resistência negra na ditadura, as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comunidades remanescentes de quilombo, as políticas de reformas urbanas que implicaram em segregação, as políticas de ação afirmativa, o movimento de mulheres negras etc.

A perspectiva da cultura no branqueamento do território

Outra dimensão a ser estudada é o branqueamento da cultura, que complementa a ideia da imagem do território. Ela pode ser entendida nas tentativas de subalternizar qualquer outra forma cultural que não seja a ocidental-branca, classificando-as como folclóricas, primitivas ou tradicionais. Nesse ponto características que compõem religiões, crenças e até práticas medicinais são hierarquizadas, com um grupo dizendo o que é legítimo um conhecimento válido e o que é falso.

Com isso, além de subalternizar culturas, cria-se um alto teor de discriminação, violência e preconceitos contra determinadas crenças e religiões, como a umbanda e o islamismo. No Brasil, a prática da capoeira chegou a ser proibida durante boa parte da história, e ainda hoje os terreiros de candomblé sofrem ataques, e são a todo o momento alvo de críticas e preconceitos. Ademais costumes e hábitos vão sendo sistematicamente substituídos, dias como o da consciência negra não são valorizados por grande parte da população, que vêem no 13 de maio o símbolo da abolição, personificado pela imagem da princesa Isabel, e ao conjunto de preconceituosos abolicionistas.

O branqueamento do território vai se caracterizar então como uma das bases da formação desse sistema-mundo moderno-colonial e todo conhecimento que se transmite dele, conhecimento este reforçado pelos assuntos debatidos em sala de aula.

Ensino de geografia e livros didáticos

O livro didático tem uma importante função nesse debate sobre construção de representações através do ensino. Ele atua como o principal regulador da prática docente, funcionando como base do currículo praticado, atuando como um guia que passa todos os conteúdos de forma “satisfatória” – com a aprovação do Estado através do PNLD – sendo o “ideal” para o uso em sala de aula.

Muitas vezes, por diversos motivos, o professor e o corpo pedagógico da escola, ao adotar um livro didático, o utilizado como único material a ser seguido, e não como ferramenta auxiliar.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Teço uma crítica ainda maior ao observar que o próprio poder do Estado estimula essa situação, através da bibliografia de concursos para o magistério que incorporam livros didáticos, como se estes pudessem substituir as fontes primárias, os autores referenciais das disciplinas em questões objetivas. Este mesmo Estado é também o grande comprador nessa área, um mercado que movimentava centenas de milhões de reais – em cerca de trezentos milhões de exemplares vendidos anualmente –, que circulam em um mundo limitado de editoras.

Muitas vezes o livro didático é o único livro do aluno, bem como sua única fonte de consulta impressa. Ou seja, possui grande importância como principal material de apoio para formar visões de mundo, no caso da geografia.

Entendemos então que há uma grande importância das análises, não para buscar o melhor livro, ou aprovar/legitimar conhecimentos, mas para evitar que a visão de mundo a ser construída, no caso da temática do trabalho presente, seja uma visão racista e excludente.

A questão racial e os livros didáticos

Nas últimas décadas a preocupação com a questão racial nos livros didáticos vem ganhando notoriedade, porém, coloca-se o racismo como superado, ao invés de um debate sério das representações presentes sobre o negro. Ela é mais centrada no que se refere a coibir a utilização de expressões racistas, ignorando muitas vezes as interpretações e suportes teóricos que constituem a base do pensamento presente no livro didático. P. SILVA (2009) traz essa constatação, reiterando que, nas últimas décadas o que está presente nos livros são “(...) textos que preconizam a igualdade e afirmam postura anti-preconceito e ao mesmo tempo apresentam discurso racista mais refinado e que só pode ser apreendido por análise apropriada. (P. SILVA, 2008, p. 37-38)”⁵

Baseado nessa observação faz-se necessário cada vez mais, a intensificação de debates referentes às representações do negro nos livros didáticos, tanto pela sua ausência, onde é substituído pelo branco, quanto pela sua presença, que aparece sob formas de estereótipo e subalternidade, tanto na formação do território brasileiro, quanto do espaço mundial.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Visualizando o branqueamento do território nos conteúdos de geografia: a análise do Projeto Araribá

O projeto Araribá está em sua terceira publicação, datada de 2010, com aprovação no PNLD de 2011. A sua edição anterior foi adotada na maior parte do Brasil, sendo a coleção de livros didáticos de Geografia mais vendida, e por isso escolhida aqui para análise. A autoria é de diversos escritores, que são apresentados apenas na terceira página em um pequeno espaço constando como elaboração original. O destaque da sua organização e produção é dado a sua editora Moderna.

Como já foi dito anteriormente a análise vai atentar para as práticas e políticas da formação do território brasileiro, dando ênfase à presença – ou ausência – do negro em sua constituição, visualizando a presença do branqueamento do território. Também destacaremos a questão indígena, por entendermos que ela também constitui esse discurso sobre o branqueamento.

→ O Branqueamento e a questão indígena

I) Por mais que utilize e fale sobre a presença de quatro milhões de índios no território, ele repete a idéia de descobrimento do Brasil, que mesmo entre aspas, não retira o peso que a palavra traz.

II) Na divisão em regiões, apenas na Amazônia se fala na presença de povos indígenas, ribeirinhos e seringueiros, chamados de “povos da floresta”. Restringindo essa população a um espaço (região amazônica) e tempo (aqueles índios que existiam em 1500) específicos, que vão dificultar a luta desses povos, frente aos estereótipos e estigmas que eles carregam, vistos como povos do passado.

III) Um ponto principal, é que mesmo nas aparições posteriores da temática indígena, este parece nunca ser um sujeito, apenas um sujeitado as situações que os envolvem.

→ O Branqueamento e a questão do negro

IV) Existe um ponto sobre “os povos africanos” onde se apresenta a população negra brasileira. Ele vai falar de repressão, mas em nenhum momento se destacam as lutas, as disputas e muito menos a importância na constituição do território, e a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

contribuição para as riquezas e o progresso do país. Todas as informações e as contribuições ficam restritas ao campo cultural.

V) Fala-se também em comunidades remanescentes de quilombo, mas estas aparecem como áreas onde se localizavam os antigos quilombos, descaracterizando assim as comunidades que não se encaixam nesse padrão. Ademais não é explicado o que seria uma comunidade quilombola

VI) Em um ponto de conteúdo específico, é inserido um texto do *projeto Manejo dos Territórios Quilombolas*, retirado da internet, junto a um mapa da presença de comunidades remanescentes de quilombos por região e município. O texto⁶, que acompanha o mapa não deixa claro o que são as comunidades remanescentes de quilombos, apenas apontam para a sua contemporaneidade e desconhecimento para a maior parte das pessoas, e o reconhecimento dessas comunidades pela constituição de 1988.

VII) Quando é abordado o mito da democracia *étnico-racial*, é apresentado um exemplo⁷ da negação do ser negro, como uma das consequência do racismo, mas em nenhum momento é feito uma real problematização sobre o que isso significa, qual a sua origem e como podemos combater esse problema social. Fica claro que são conteúdos que ao contrário de enfrentarem o problema e combaterem o preconceito, apenas apresentam a desigualdade, podendo inclusive contribuir para a naturalização das desigualdades

→ *O Branqueamento do território e a questão da imigração*

VIII) Afirma-se que o Brasil recebeu uma grande quantidade de imigrante durante o século XIX e XX mas não se explica o porque disso.

VIII) É afirmada a importância da mão de obra europeia na industrialização, mostrando como foi importante essa herança de mão de obra⁸ da época da cafeicultura. Parece ser a confirmação do discurso paulista sobre a importância da imigração em São Paulo.

IX) Em relação às heranças, além da cultura, e da importância na industrialização, ainda se fala dos impactos na paisagem, principalmente na região Sul, com uma arquitetura avançada. É importante destacar aqui, que não existe referência sobre o negro nessa região



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A partir dessa breve análise é possível identificar uma gama de conteúdos que reforçam o caráter do branqueamento do território, com debates, que ao contrário do que dizem os pareceristas⁹ no PNLD sobre a coleção Araribá, reforçam estereótipos, as referências estão ligadas a escravidão ou sob uma ótica cultural – reduzida sempre aos exemplos de feijoada, samba e capoeira. As imagens presentes reforçam esse caráter, com a participação do negro reduzida ao período da escravidão ou áreas de miséria.

Alternativas para o combate da produção de não existência

Esta análise demonstra que ainda precisamos avançar muito quando falamos de conteúdos que realmente combatam as lógicas de não existência de sujeitos não brancos no território, ou seja, do próprio branqueamento do território. Sendo assim, é necessária a construção de outras possibilidades para serem trabalhadas no ensino de geografia, sob óticas descoloniais, em uma tentativa de trazer a chamada *atitude descolonial* (TORRES, 2008) para a salas de aula.

Ensino sobre comunidades remanescentes de quilombo

Como alternativa para iniciar essa difícil tarefa, propomos aqui alguns pontos de conteúdos para integrarmos as comunidades remanescentes de quilombo no currículo praticado. Afinal, este tema é proposto tanto pelo PCN de Geografia, como é obrigatório após a Lei Federal 10.639/0. A partir dele é possível discutir a inserção do negro nas narrativas de formação do território brasileiro, e o questionamento dos discursos hegemônicos, que, invisibilizam e produzem essas comunidades como não existentes. Abaixo segue alguns pontos, onde entendemos ser possível um debate sobre as comunidades remanescentes de quilombo:

→ **Exemplo de territorialização:** expressando as relações simbólicas, econômicas que essas comunidades possuem, bem como sua relação com a natureza.

→ **Outras lógicas de uso do território:** que não seja a dominante capitalista, em busca de uma produtividade cega. Os territórios também passam a ser “lugares da memória” frente ao território imemorial, cada vez mais presente em nossa sociedade.

→ **Resistência ao processo de escravidão:** mostrando a proporção de quilombos no Brasil, baseado em diversas leituras diferentes, bem como outras formas de resistência, das quais o negro foi protagonista, desmistificando a tese de que o negro era adaptável à escravidão.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

→ **Marco da presença negra no território e as grafagens no espaço:** Mostrar a presença da população negra em todo território brasileiro, e não somente em um período histórico, mas sim durante todo o processo de formação e organização do espaço brasileiro, nos estados e atualmente com as comunidades remanescentes de quilombos nos municípios.

→ **Diversidade étnica:** A partir dos quilombos, mostrar os diferentes grupos dos escravos trazidos do continente africano (como os bantos), e as estratégias em separá-los executada pelo governo brasileiro.

→ **Problematizando a questão agrária do Brasil no período atual:** Mostrando as pressões/agressões que essas comunidades vêm sofrendo, frente a uma forte pressão da bancada ruralista contra os direitos obtidos. O papel do Estado também deve ser questionado como fornecedor da infra-estrutura necessária a implementação do meio técnico-científico-informacional em que as grandes empresas atuam apenas na busca pela produtividade, sem importar a manutenção do meio físico, já que sua lógica é externa ao meio que atua (M. SANTOS 2004), desterritorializando comunidades tradicionais, como os quilombolas.

→ **Explicar políticas de branqueamento:** que desterritorializaram muitas dessas comunidades, através de reformas urbanas, e políticas racistas de imigração, com objetivo de branquear o território, sua imagem e história.

→ **Localização dessas comunidades:** esse caráter tem que ser enfatizado através da utilização de mapas, para indicar a presença em lugares os quais é negada a sua participação. A valorização da ação local, como forma de movimento social também é importante, pois em muitos momentos retira da invisibilidade uma comunidade perante aos olhos dos moradores de determinados estados, como no Paraná.

→ **Mostrar o que são as comunidades quilombolas hoje:** explicando e problematizando os diferentes processos de formação, produção econômicas, práticas sociais, bem como as diversas origens.

→ **Indicar as lutas atuais:** como os conflitos vêm ocorrendo, as repercussões na mídia, as posições que grupos da elite defendem e sob quais discursos eles se apóiam. Os diferentes desafios que enfrentam as comunidades quilombolas rurais e urbanas, os agentes que atuam nesses conflitos como órgãos ambientais, políticos, agentes imobiliários, grandes proprietários de terra, grandes empresas, quais são as dificuldades que as comunidades enfrentam nessas lutas, as pressões, as coerções etc.

→ **Problematização das formas de conquistas dos direitos territoriais:** é importante mostrar ao aluno que para conseguir esse território as comunidades passam por processos de reconhecimento, que colocam diversos empecilhos a conquista do título definitivo. Dois campos são principais nessa disputa, o primeiro é o *Laudo Territorial*, onde características como ancestralidade, oralidade e relações de parentesco são postas em destaque. O *campo jurídico* é outro a ser explorado, mostrando quais direitos essas comunidades possuem e as legislações que os regem..

Esses são apenas alguns pontos de conteúdos em que podemos trabalhar a questão quilombola na formação do território brasileiro, sendo necessário integrá-los nas aulas, com o objetivo de mostrar a presença negra durante todo o processo de formação do território brasileiro, sob um olhar que não seja o da colonialidade.

Considerações finais



O esforço e desafio para mudarmos as representações construídas pelo/no ensino de geografia, em relação á questão racial é grande. Acredito que o caminho que devemos percorrer, começa ao entender que a descolonização ainda é um projeto inacabado, e continua sob a forma de colonialidade. Igualmente a abolição não significou liberdade e igualdade, mas sim uma tentativa de controle, de ordem, que manteve as hierarquias, e as naturalizou em torno de um discurso de igual, oferta de oportunidade em nossa sociedade.

Portanto o debate contido no conceito de branqueamento do território nos oferece algumas chaves para problematizarmos a dinâmica do ordenamento territorial racista dos últimos séculos, que gerou exclusão, subalternização e exploração de determinados grupos. Sendo assim é nosso dever procurar caminhos para novas geografias, fundamentadas em outros discursos não hegemônicos e inspirados nas experiências de uma pluralidade de sujeitos, de carne, osso, cor, costumes, culturas etc.

¹ Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e auto-gerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande as regiões “atrasadas”. Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a idéia da Europa como único sujeito histórico (LANDER, 2005, pag. 47)

² “Quanto à falta de braços no país, tratava-se sempre de uma asserção genérica, sem fundamentos quantitativos, no mais das vezes feita em função de necessidades específicas regionais ou então de interesses especificamente imigrantistas.” (AZEVEDO 117-118 2004)

³ Essa traição estaria diretamente ligada, a não intenção de dar aos escravos a alforria prometida, sendo o massacre, um meio de garantir que o número de escravos livres, continuaria sendo inferior ao número da população branca no sul do Brasil, definido em discursos perpetuados pelo próprio livro didático, como a região européia do Brasil.

⁴ Trabalharemos com a definição apontada por Haesbaert que entende desterritorialização “[...] vinculada [...] a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e apropriação ou identificação cultural (Sentido simbólico), e reconhecemos que todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização. Desta forma, podemos ter situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice-versa; a exclusão como desterritorialização deve ser vista então, também, na sua múltipla dimensão, econômico-política e simbólico-cultural.” (HAESBAERT, p. 312-313, 2007)

⁶ As comunidades remanescentes de quilombos ainda são desconhecidas de grande parte dos brasileiros. Para a maioria das pessoas quilombos [sic] é algo do passado, que teria desaparecido com o fim da escravidão [...] Apenas a partir de 1988, quando a constituição Brasileira reconheceu as comunidades remanescentes de quilombos o direito a propriedade de suas terras, é que essa questão passou a ganhar espaço no cenário nacional. (MODERNA, pág. 43, 2006)

⁷ No entanto, essa ideia constitui um mito, pois em nosso país há um racismo disfarçado contra negros e indígenas, levando grande parte da população a não reconhecer sua própria origem. Prova disso é que muitas pessoas que poderiam ser classificadas como pardas ou negras se auto-declaram brancas.(MODERNA, pág. 45, 2010)



⁸ Muitos imigrantes europeus atraídos para o trabalho nas lavouras de café já tinham experiência em fábricas e foram também muito importantes no início de nossa industrialização, pois eram mão de obra qualificada para o trabalho com máquinas e equipamentos industriais. (MODERNA, pág. 64, 2010)

⁹ Na coleção, a diversidade de textos, imagens e, sobretudo, de atividades possibilita ao aluno uma educação isenta de preconceitos e estereótipos, reconhecendo que a sociedade brasileira é plural, formada pela contribuição de diferentes povos, de diferentes origens étnicas, responsáveis pela diversidade e pela riqueza cultural do país. [...] ressalta-se também a participação do afro descendente e do indígena na formação do espaço geográfico brasileiro, resgatando o passado escravo e valorizando as heranças culturais deixadas pelos antepassados, as quais estão presentes nos aspectos formadores da nacionalidade brasileira, permitindo questionar e problematizar a situação em que vivem esses grupos sociais na contemporaneidade. (GUIA PNLD, pág. 66, 2011)

Bibliografia

HASBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MODERNA, Projeto Araribá, São Paulo: Moderna, 2006

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. IN: _____ A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires-Clascso, 2005;

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN IN:**LANDER, Edgardo.** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires-Clascso, 2005;

_____. O que é essa tal de raça. In: **SANTOS, Renato Emerson dos.** Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências IN: _____ Conhecimento prudente para uma vida decente. Cortez, 2003

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes IN: **SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula.** Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, Renato Emerson dos. “O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639”. In: _____. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007-

_____. Rediscutindo o Ensino de Geografia: Temas da Lei 10.639. 2009 (Mimeo)

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização 41-58 In: **MAIOR, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura.** Raça, Ciência e Sociedade Rio de Janeiro – FrioCruz/CBB 1996

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro; Rio de Janeiro. Paz e terra, 1976

TORRES, Nelson Maldonado. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. IN: **SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula.** Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

_____. La Descolonización u El Giro Des-Colonial. In Tabula Rasa. Bogotá – Colômbia, No. 9, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **SILVA, Tomaz Tadeu da.** Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009